
POLÍTICA

de Privacidade do website
www.adp.pt

Data de aprovação: 2026/09/17

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO WEBSITE www.adp.pt

INTRODUÇÃO

A **AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, melhor identificada no capítulo seguinte, adiante **AdP SGPS**, está empenhada em proteger a privacidade e os dados pessoais que lhe são confiados pelos utilizadores do seu website www.adp.pt.

Com a presente Política de Privacidade, a AdP SGPS pretende reforçar o seu compromisso com o cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, privacidade e segurança de informação, designadamente do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, doravante designado por “RGPD” e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional, de forma a proteger os dados pessoais e a privacidade dos titulares dos dados no acesso e utilização do website.

A presente Política pretende igualmente fornecer ao titular dos dados toda a informação necessária para compreender que dados pessoais são recolhidos, quais as respetivas fontes, o que motiva a sua recolha e de que forma são tratados.

Esta política de privacidade define:

- Que dados pessoais recolhemos e tratamos sobre si enquanto titular dos dados, através da utilização que faz do nosso website (<https://www.adp.pt/pt/>);
- A partir de onde obtemos os dados;
- O que fazemos com esses dados;
- Como conservamos os dados;
- Para quem transferimos ou a quem divulgamos os dados;
- Como asseguramos o exercício dos seus direitos em matéria de proteção dos dados;
- Como cumprimos as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A **AdP SGPS**, com sede na Rua Visconde de Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 093 742, com o capital social de € 434.500.000,00, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, nos termos e para as finalidades indicados no presente documento, em cumprimento das obrigações legais aplicáveis nesta matéria.

Os dados poderão ser tratados diretamente pela AdP SGPS ou por entidades por si subcontratadas para o efeito.

Qualquer entidade subcontratada tratará os dados pessoais em nome e por conta da AdP SGPS, e de acordo com as instruções documentadas desta. A AdP SGPS assegura que tais entidades oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos da legislação aplicável e assegure a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados, nos termos dos contratos ou acordos de subcontratação celebrados com essas entidades.

LICITUDE DO TRATAMENTO

Os seus dados pessoais apenas serão objeto de tratamento nos casos em que exista um fundamento de licitude. O fundamento de licitude dependerá dos motivos pelos quais os dados pessoais foram recolhidos e da necessidade de utilização dos mesmos.

Os tratamentos de dados pessoais realizados através do *website* assentam nas bases de licitude concretamente aplicáveis a cada finalidade de tratamento, identificadas na presente Política.

Consoante a finalidade e o contexto do tratamento, poderão ser aplicáveis os seguintes fundamentos de licitude:

- **Diligências pré-contratuais ou execução de um contrato, nos termos do artigo 6.º, n.º I, alínea b), do RGPD:** quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados seja parte ou para a realização de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- **Cumprimento de obrigação jurídica, nos termos do artigo 6.º, n.º I, alínea c), do RGPD:** quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a AdP SGPS esteja sujeita. Será o caso, designadamente, da conservação de dados para cumprimento de obrigações legalmente previstas;
- **Exercício de funções de interesse público ou de autoridade pública, nos termos do artigo 6.º, n.º I, alínea e), do RGPD:** quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que a AdP SGPS esteja investida;

- **Prossecação de interesses legítimos, nos termos do artigo 6.º, n.º I, alínea f), do RGPD:** quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela AdP SGPS ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança. Este fundamento não será utilizado pela AdP SGPS quando esta proceda ao tratamento no exercício de funções de interesse público ou de autoridade pública;
- **Consentimento do titular dos dados, nos termos do artigo 6.º, n.º I, alínea a), do RGPD:** quando o titular dos dados tenha prestado o seu consentimento livre, específico, informado e inequívoco para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas.

No caso de serem tratados dados pertencentes a categorias especiais de dados pessoais, na aceção do artigo 9.º, n.º I, do RGPD, será necessária a aplicação de uma das exceções à proibição geral de tratamento previstas no artigo 9.º, n.º 2, do RGPD, para além da existência de um fundamento de licitude nos termos do artigo 6.º do RGPD.

FINALIDADES DE TRATAMENTO, DADOS PESSOAIS RECOLHIDOS, FUNDAMENTOS E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

São considerados dados pessoais quaisquer informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável. Uma pessoa singular é considerada identificável quando possa ser identificada, direta ou indiretamente, nomeadamente através de um nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou de um ou mais elementos específicos da sua identidade.

A AdP SGPS pode recolher, aquando da utilização do *website*, informação técnica processada automaticamente necessária ao funcionamento, segurança e gestão do *website*, incluindo informação associada aos *Cookies* e tecnologias semelhantes utilizados.

O *website* utiliza exclusivamente *Cookies* estritamente necessários ao seu funcionamento. Poderão igualmente ser utilizados *Cookies* associados a conteúdos multimédia de terceiros, nomeadamente do *YouTube*, os quais apenas serão instalados após o consentimento do utilizador, quando legalmente exigido. Para mais informações, consulte a **Política de Cookies** disponível no *website*.

Os dados pessoais tratados através deste website serão unicamente utilizados para as seguintes finalidades, com os seguintes fundamentos e dentro dos prazos abaixo indicados:

Finalidade	Fundamento	Dados Recolhidos	Prazos de conservação
Funcionamento e segurança do website	Interesse legítimo, cumprimento de obrigação jurídica	Endereço IP, Cookies estritamente necessários, identificadores técnicos e dados de navegação	Conforme indicado na Política de Cookies e durante o período necessário ao funcionamento e segurança do website
Gestão de pedidos de informação e contactos recebidos através do website	Diligências pré-contratuais, interesse legítimo ou cumprimento de obrigação jurídica	Dados de identificação e contacto fornecidos pelo utilizador e conteúdo da comunicação	Pelo período necessário à gestão do pedido e cumprimento de obrigações legais aplicáveis
Gestão de denúncias apresentadas através da Linha de Integridade	Cumprimento de obrigação jurídica e, quando aplicável, interesse legítimo	Dados fornecidos no âmbito da denúncia, incluindo elementos de identificação do denunciante (quando não anónima) e informações relacionadas com os factos denunciados	Pelo período previsto na legislação aplicável e, quando necessário, para investigação ou exercício de direitos

Não serão mantidos dados pessoais por mais tempo do que o necessário para cumprir a finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos de conservação legalmente aplicáveis ou da necessidade de conservação para efeitos de declaração, exercício ou defesa de direitos.

Para determinar o período de conservação adequado, a AdP SGPS considera, designadamente, a quantidade, a natureza e a sensibilidade dos dados pessoais, os riscos para os direitos e liberdades dos titulares dos dados, as finalidades do tratamento, os prazos legais aplicáveis e a necessidade de conservar os dados para a declaração, o exercício ou a defesa de direitos.

Os dados pessoais serão eliminados de forma segura após o termo do período de conservação definido, salvo se a sua conservação for necessária ou permitida por lei.

Ao longo do ciclo de vida do tratamento serão adotadas medidas de minimização dos dados pessoais tratados e avaliada a possibilidade de anonimização ou pseudonimização dos mesmos. Quando os dados sejam objeto de anonimização efetiva e irreversível, deixando de ser possível identificar os respetivos titulares, deixarão de constituir dados pessoais e poderão ser utilizados para fins estatísticos, analíticos ou de gestão, sem possibilidade de identificação dos titulares dos dados.

SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS DO TITULAR DOS DADOS

A AdP SGPS compromete-se a assegurar a segurança da informação que trata, bem como dos recursos processuais, tecnológicos e humanos associados ao respetivo tratamento.

A AdP SGPS compromete-se ainda, a garantir a proteção dos dados pessoais, assegurando a privacidade e transparência no seu tratamento, no respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais das pessoas singulares e no cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD.

Quando os dados pessoais são recolhidos através do nosso *website*, essas informações são transmitidas através da Internet mediante a utilização de mecanismos de comunicação segura e encriptação adequados.

A gestão da segurança da informação e dos sistemas que a suportam é realizada, com vista à preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais e dos sistemas de tratamento, de forma a procurar garantir que:

- a) Não existem acessos indevidos ou utilizações não autorizados dos dados pessoais;
- b) Os dados pessoais se mantêm exatos, íntegros, pertinentes e adequados às finalidades para as quais foram recolhidos;
- c) Os dados pessoais permanecem disponíveis para serem tratados no âmbito das finalidades autorizadas;
- d) É possível restabelecer atempadamente a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais em caso de incidente físico ou técnico.

Como forma de garantir a proteção dos dados pessoais nos termos acima referidos, a AdP SGPS poderá implementar, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Gestão de acessos aos seus ativos e sistemas de informação;
- b) Manutenção de registos de atividade;

- c) Realização de cópias de segurança (*backups*);
- d) Implementação de redundâncias nos sistemas de informação;
- e) Encriptação;
- f) Anonimização ou pseudonimização;
- g) Procedimentos de prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes de segurança;
- h) Avaliação e atualização periódicas das medidas técnicas e organizativas adotadas.

PARTILHA DOS DADOS PESSOAIS DO TITULAR DOS DADOS

Os dados pessoais dos titulares dos dados podem ser partilhados com outras empresas do Grupo Águas de Portugal quando essa partilha seja necessária e juridicamente admissível, designadamente no contexto da prestação de serviços centrais do Grupo, do encaminhamento de pedidos para a entidade competente ou da realização de iniciativas comuns com outras empresas.

Quando os dados pessoais sejam partilhados com outra empresa do Grupo Águas de Portugal, serão devidamente determinadas as responsabilidades de cada entidade no tratamento, em função das finalidades e dos meios de tratamento concretamente definidos.

A AdP SGPS pode transmitir os dados pessoais dos titulares a entidades terceiras que tratem os dados em nome e por conta da AdP SGPS, o que implica o acesso, por estas entidades, aos referidos dados.

Quando tal suceda, a AdP SGPS adotará as medidas adequadas, contratualmente previstas, de forma a assegurar que essas entidades apresentam garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas apropriadas e atuam apenas de acordo com as instruções documentadas da AdP SGPS.

A AdP SGPS poderá ainda transmitir os dados pessoais a entidades terceiras quando essas comunicações sejam necessárias e adequadas: (i) para cumprimento de obrigações jurídicas; (ii) para o cumprimento de decisões, ordens ou solicitações legítimas de autoridades administrativas, judiciais ou de controlo; (iii) para a declaração, o exercício ou a defesa de direitos; (iv) para responder a solicitações de autoridades públicas ou governamentais, nos termos legalmente aplicáveis; (v) para proteger os direitos, os interesses legítimos ou a segurança da AdP SGPS, dos utilizadores do *website* ou de terceiros, dentro dos limites previstos na lei.

A utilização de conteúdos multimédia incorporados através de plataformas de terceiros, como o *YouTube*, poderá implicar o tratamento de dados pessoais por essas entidades, nos termos definidos nas respetivas políticas de privacidade e de *Cookies*.

Sempre que legalmente exigido, os conteúdos multimédia incorporados através de plataformas de terceiros apenas serão carregados após a obtenção do consentimento do utilizador.

TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS PESSOAIS

Sempre que a utilização de serviços ou conteúdos disponibilizados por entidades localizadas fora do Espaço Económico Europeu implique a transferência de dados pessoais para países terceiros, a AdP SGPS assegurará a adoção das garantias adequadas exigidas pelos artigos 44.º e seguintes do RGPD, designadamente através da utilização de cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia ou de outro mecanismo legalmente admissível.

Quando necessário, a AdP SGPS avaliará as circunstâncias da transferência e adotará medidas suplementares adequadas para assegurar um nível de proteção dos dados pessoais essencialmente equivalente ao garantido no Espaço Económico Europeu.

A utilização de conteúdos multimédia incorporados através de plataformas de terceiros, incluindo o *YouTube*, poderá implicar a transferência de dados pessoais para países terceiros, nos termos previstos nas políticas de privacidade dessas entidades e mediante os mecanismos de transferência legalmente aplicáveis.

Para mais informações sobre os serviços de terceiros utilizados pelo *website*, deverá ser consultada a Política de *Cookies*.

DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

A AdP SGPS informa o utilizador que, enquanto titular de dados, e desde que se encontrem preenchidos os pressupostos previstos na legislação aplicável, poderá exercer os seguintes direitos:

- **Direito à informação e ao acesso:** pedir informações sobre se detemos dados pessoais a seu respeito e, em caso afirmativo, que dados são esses e por que motivo as detemos; pedir acesso aos dados pessoais, recebendo uma cópia dos dados pessoais que detemos a seu respeito em formato corrente e que lhe permita verificar que estamos a tratá-los de modo legítimo, desde que isso não prejudique os direitos e liberdades de terceiros;

- **Direito à retificação:** pedir a retificação dos dados pessoais que detemos a seu respeito podendo retificar, atualizar ou complementar, a qualquer momento os dados incompletos ou imprecisos que detenhamos a seu respeito;
- **Direito ao apagamento:** pedir a eliminação dos seus dados pessoais podendo solicitar o apagamento qualquer momento os dados pessoais quando um prazo de conservação seja atingido ou o tratamento de dados deixe de ser lícito. Os seus dados pessoais serão igualmente eliminados ou removidos nos casos em que tenha exercido o seu direito de oposição ao tratamento e não existam motivos que justifiquem a manutenção dos dados pessoais. O presente direito não é ilimitado e a AdP SGPS poderá recusar-se a dar provimento ao seu pedido em determinadas situações, nomeadamente quando os dados ainda sejam necessários para a finalidade que motivou a recolha ou o tratamento seja exigido para cumprimento de uma obrigação legal;
- **Direito de oposição:** opor-se ao tratamento dos dados pessoais nos casos em que dependamos de um interesse público ou interesse legítimo (ou dos de um terceiro) e exista um motivo válido para se opor. Tem igualmente o direito de se opor nos casos em que estejamos a realizar tratamentos aos dados pessoais para fins de marketing direto. Este direito será particularmente relevante no contexto de tratamentos levados a cabo para a finalidade de marketing direto ou para finalidades distintas daquelas para as quais os dados pessoais foram recolhidos;
- **Direito à limitação do tratamento:** pedir a limitação do tratamento de dados obrigando a suspensão do tratamento de dados pessoais, quando: a) contestar a exatidão dos dados pessoais; b) o tratamento for ilícito e o titular solicitar a limitação por alternativa ao apagamento; c) a AdP SGPS já não precisar dos dados para a finalidade original, sendo estes requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; e d) quando o titular se tiver oposto ao tratamento, até se averiguar se as razões imperiosas e legítimas invocadas pela AdP SGPS prevalecem sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados;
- **Direito à portabilidade:** nos casos previstos no artigo 20.º do RGPD, o titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à AdP SGPS num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, bem como o direito de solicitar a respetiva transmissão a outro responsável pelo tratamento, quando tecnicamente possível;

- **Direito de retirar o consentimento:** retirar o consentimento nas circunstâncias limitadas em que possa ter fornecido o seu consentimento para a recolha, tratamento e transferência dos seus dados pessoais por um motivo específico, o titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento para aquele tratamento em específico em qualquer momento;
- **Direito de apresentar reclamação:** o titular dos dados tem ainda o direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), caso considere que o tratamento dos seus dados pessoais viola a legislação aplicável. A reclamação poderá ser apresentada através dos contactos disponibilizados pela CNPD em www.cnpd.pt.

COMO EXERCER OS SEUS DIREITOS

Se pretender exercer qualquer um destes direitos, contacte-nos através do endereço de email o dpo@adp.pt ou envie o seu pedido por carta para a morada Rua Visconde de Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa.

O pedido deverá indicar, de forma clara, qual o direito que o titular pretende exercer e, quando necessário, identificar o tratamento ou os dados pessoais a que o pedido se refere.

A AdP SGPS poderá solicitar informações adicionais necessárias para confirmar a identidade do requerente e o seu direito de aceder às informações ou de exercer qualquer um dos outros direitos, sempre que existam dúvidas razoáveis quanto à identidade da pessoa que apresenta o pedido. Esta medida de segurança destina-se a garantir que os dados pessoais não sejam divulgados a uma pessoa que não tenha legitimidade para os receber.

Os dados pessoais recolhidos para confirmação da identidade do requerente serão utilizados exclusivamente para essa finalidade e deverão limitar-se ao estritamente necessário.

A AdP SGPS responderá aos pedidos apresentados pelo titular dos dados no prazo máximo de um mês, sem prejuízo da possibilidade de prorrogação nos termos do artigo 12.º do RGPD.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A AdP SGPS reserva-se o direito de proceder, a qualquer momento, às modificações ou atualizações à presente Política que se revelem necessárias. As alterações serão devidamente refletidas no *website*, com indicação da data da última revisão. Sempre que as alterações impliquem uma modificação substancial da forma com os dados pessoais são tratados, a AdP SGPS adotará medidas adequadas para informar os titulares dos dados, designadamente através

da publicação de um aviso em local destacado no *website*, ou, quando adequado e possível, através dos dados de contacto disponibilizados.

Recomenda-se a consulta regular desta página para conhecimento da versão atualizada da Política de Privacidade.

FALE CONNOSCO

Caso tenha alguma dúvida, comentário ou sugestão a fazer sobre a nossa Política de Privacidade ou sobre a forma como a AdP SGPS trata os seus dados pessoais, poderá contactar-nos através dos seguintes meios:

- correio eletrónico: dpo@adp.pt
- correio postal: AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., Rua Visconde de Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa.

Data da última revisão: 17 de setembro de 2026